



DELEGAÇÃO DO CONGRESSO DO ANDES

Asssembleia docente escolheu 12 delegados e 11 observadores. Encontro será em janeiro, em Vitória (ES).

Página 2



DEBATE ANALISA CRISE DO FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES

Realizado no Congresso Nacional e organizado pelo Observatório do Conhecimento, evento reuniu pesquisadores, gestores e parlamentares. Debatadores lamentaram a falta de orçamento das universidades e criticaram a falta de projeto do governo federal para o ensino superior

Página 3

Primeiro semestre de 2025 começa em 17 de março

As aulas vão até 19 de julho. Datas foram aprovadas no último Consuni e valem para calouros e veteranos. No Colégio de Aplicação, o calendário letivo é diferente e vai de 6 de fevereiro a 11 de julho. A Faculdade de Medicina também tem período diferenciado, com início em 10 de fevereiro e término em 12 de julho.

Páginas 4 e 5



DOCENTES ELEGEM DELEGAÇÃO AO ANDES

A assembleia da AdUFRJ definiu na tarde de segunda-feira, 16, a delegação que representará os professores da UFRJ no 43º Congresso do Andes. A votação foi presencial e realizada em urna. Foram eleitos 12 delegados e 11 observadores. Presidenta da AdUFRJ, a professora Mayra Goulart é a delegada indicada da diretoria e por isso não foi votada na assembleia. O próximo congresso do Sindicato Nacional será realizado na cidade de Vitória (ES), de 27 a 31 de janeiro. Veja abaixo quem são os delegados e os observadores.

Antes da votação, a diretoria deu informes sobre as últimas ações realizadas pela gestão. Dentre as iniciativas, estão a semana da AdUFRJ em Macaé, a participação do sindicato na Semana do Servidor da UFRJ, e a reunião com a reitoria, em 3 de dezembro, para indicar a ilegalidade da cobrança de ponto para professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Todos os temas foram detalhadamente noticiados nas últimas edições do Jornal da AdUFRJ.

DELEGADOS

1. Mayra Goulart (diretoria)
2. Nedir do Espírito Santo
3. Antonio Mateo Solé Cava
4. Verônica Miranda Damasceno
5. Rodrigo Nunes da Fonseca
6. Marcio Marques Silva
7. Carlos Augusto Domingues Zarro
8. Cláudia Rocha Mourthé
9. Eleonora Ziller Camenietzki
10. Jorge Ricardo Santos Gonçalves
11. Renata Baptista Flores
12. Fernanda Maria da Costa Vieira
13. Alessandra Nicodemos

OBSERVADORES

1. Cláudia Figueiredo
2. Bruno Reys
3. Tatiana Oliveira Ribeiro
4. Maria Fernanda Elbert Guimarães
5. Ricardo Medronho
6. Maria Tereza Leopardi
7. Maria Auxiliadora Santa Cruz
8. Alice Coutinho da Trindade
9. Leonardo D'Angelo
10. Cláudio Ribeiro
11. Aline Caldeira



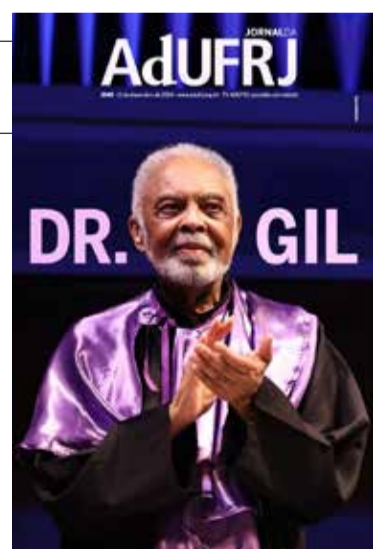
SILVANA SÁ

ERRAMOS!

FALA DO DECANO DO CLA NÃO ENTROU NA MATÉRIA SOBRE GIL

A AdUFRJ pede desculpas por não ter reproduzido originalmente trecho do discurso do professor Afranio Barbosa, decano do CLA, na matéria sobre a titulação de Gilberto Gil. Reproduzimos a seguir.

Decano do CLA, Afranio Gonçalves Barbosa, em momento mais descontraído de seu discurso, conclui: "Seja bem-vindo à Escola de Música, ao CLA e à UFRJ, Gil. Somos nós que te damos 'Aquele abraço'. E eu, agora não mais como decano, mas como indivíduo, mando abra-



ço grande à tua família e te confesso que espero receber, ainda hoje, enfim, o teu abraço, pois eu o aguardo há décadas, desde minha infância e adolescência lá em Realengo, que sempre foi muito mais que lugar de quartéis. É lugar que te ama."

CORRIGIDOS OS VALORES DE REPASSES À UFRJ

Na edição anterior do Jornal da AdUFRJ, na página 3, foram divulgados com alguns erros os números dos repasses do MEC e de emendas parlamentares para a UFRJ nos últimos três anos.

O valor das emendas parlamentares recebidas em 2024 saiu assim: **R\$ 37.061.043**. O correto é: **R\$ 37.061.043,00**.

Em 2023, o valor de orçamento discricionário saiu **R\$ 410.967.13**. O correto é: **R\$ 410.967.133,00**.

Todos os valores foram corrigidos e padronizados na matéria e no arquivo PDF do jornal, no site da AdUFRJ.



CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

RIO DE JANEIRO

- IBEU**
- CLUB PET**
- MAPLE BEAR TIJUCA**
- MIT CUIDADORES**
- ACADEMIA TIJUCA FIT**
- MADONA CLINIC**
- Psicare PSICARE**
- FISIOTERAPIA RJ LTDA**
- CRECHE AMANHECENDO**
- CRECHE ESCOLA RECRIAR**
- CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS**
- ROÇA URBANA ORGÂNICOS**
- JC LUZ CORRETORA**
- FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL**
- BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS**
- MACAÉ ESCOLA ALFA**
- CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL**
- HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR**
- MAIS FITNESS ACADEMIA**
- CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA**
- RIO DE JANEIRO E MACAÉ INSPIRE ENERGIA SOLAR**
- Kalunga PAPELARIA**
- RAIA DROGARIA RAIA**
- WELLHUB**

Seminário do Observatório discute orçamento das IFES

> Governo não tem projeto para as universidades federais, aponta Carlos Frederico Leão Rocha, um dos participantes do evento realizado em Brasília. Ideia foi sensibilizar parlamentares sobre o tema

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

N a mesma semana em que os vigilantes da UFRJ ocuparam o Conselho Universitário por temerem passar o Natal sem salários, o Observatório do Conhecimento organizou um debate em Brasília para denunciar a crise de financiamento das universidades. A rede – formada por associações docentes de várias regiões do país – busca sensibilizar os parlamentares e a sociedade civil sobre a grave crise enfrentada pelas instituições federais de ensino superior.

Um dos debatedores do encontro, que aconteceu no dia 10, foi o professor Carlos Frederico Leão Rocha, diretor do Instituto de Economia e ex-reitor da UFRJ. O docente fez um histórico da crise orçamentária e afirmou que o atual governo não tem projeto para as universidades federais. Além do orçamento de custeio insuficiente, falta investimento.

“As universidades estão à deriva e o governo não tem indicado que este cenário será alterado”, lamentou. “Não há orçamento para o projeto de expansão”.

Ele explicou: “Ao longo do tempo, o orçamento passou por novas regras fiscais que dificultaram a expansão dos gastos”, disse. “Isso gerou uma série de consequências que se refletem também nas universidades”, analisou. “Ao mesmo tempo, há um problema de projeto de universidade. A gente passou de uma universidade de elite para

uma universidade que assume um papel de ator social, a partir de 2003”, lembrou.

E AGORA, JOSÉ?

Nas universidades, além do orçamento já insuficiente, há uma grande transferência de recursos do orçamento discricionário para o pagamento de salários. “Ao longo do tempo, postos de trabalho foram sendo extintos e as universidades precisaram usar o seu orçamento de custeio para pagar esses postos”, explicou. É o caso, por exemplo, dos serviços terceirizados de limpeza e vigilância.

O docente também explicitou que internamente as universidades têm problemas. “Há muitos dissensos sobre formas alternativas de financiamento, o grau de relacionamento das universidades com o setor produtivo. Ou seja, as instituições também não têm projeto”, garantiu.

A proposta de autonomia universitária do professor passa por vincular a receita e desvincular a finalidade das universidades. “Por outro lado, flexibilizar o manuseio dos mecanismos de arrecadação de recursos próprios”. Hoje, a UFRJ, por exemplo, tem grande capacidade de obtenção de recursos próprios, mas não pode expandir essa captação por conta do teto de gastos. “Isso é um ponto muito importante. As universidades que têm grande capacidade de captação de recursos não vão aumentar sua receita enquanto isso não for equacionado”.

SOCIEDADE CIVIL

Ao longo do seminário foram ouvidos outros representantes da sociedade civil. Ado Jório Vasconcelos, representando a



DIVULGAÇÃO

Academia Brasileira de Ciências (ABC), apresentou o documento “Um olhar sobre o ensino superior no Brasil”, produzido pela ABC. A obra, que virou livro de mesmo nome, aborda os desafios e apresenta sugestões para a modernização do sistema de educação superior. “De 100 jovens brasileiros que a gente deveria formar, a gente está formando 22. Desses 22, só 4 são formados por universidade pública”, apontou. “Isso enfraquece inclusive a percepção da sociedade sobre o papel da universidade pública”, alertou o pesquisador. O documento está disponível no site da ABC.

Rodrigo Nunes da Fonseca, diretor da AdUFRJ, citou os desafios da expansão realizada durante o Reuni. “Há campi com grande sucesso institucional e outros que precisam muito for-

temente de apoio para manter suas atividades”, disse. “Falta realmente a gente ter um projeto sobre que tipo de universidade a gente quer no nosso país”.

A professora Soraya Smaili, do Centro de Estudos sobre Sociedade, Universidade e Ciência (SoU_Cência), citou a impossibilidade de planejamento financeiro das IFES. “Nós não temos uma previsão orçamentária, como é o caso das estaduais de São Paulo”.

Ela foi reitora da Unifesp por dois mandatos consecutivos e viveu na pele a diária ‘escolha de Sofia’ das federais. “Mas mesmo com toda essa redução, conseguimos dar conta de enormes desafios, sobretudo durante a pandemia. Isso precisa ser reafirmado”.

Vinicius Soares, da ANPG, citou o impacto concreto do

desfinanciamento das universidades no futuro do país. “Hoje, a evasão na graduação já chega a 50%. Também já existe uma evasão crescente na pós-graduação. O financiamento precisa ser colocado como projeto político”.

Representando o Proifes, o economista Wellington Duarte lembrou que os grandes problemas no debate do orçamento são a disputa pelo acúmulo de recursos para a dívida e o tripé macroeconômico brasileiro. “Essa estrutura não muda com governos desde os anos 2000”.

A mediação do debate foi do professor Daniel Perez, representando o Observatório. Também participaram Diego Lopes (UNE) e a pesquisadora Maria Virgínia (UnB). O Andes foi convidado, mas não compareceu ao evento.

DEPUTADOS CRITICAM PESO EXCESSIVO DAS EMENDAS PARLAMENTARES NO ORÇAMENTO

Apesar dos avanços nos últimos dois anos, ainda é grande a insatisfação com o financiamento das universidades mesmo entre parlamentares do próprio partido do presidente Lula. No primeiro painel do seminário do Observatório, quatro deputados federais do PT cobraram mais recursos para a educação pública superior federal e criticaram o excessivo valor das emendas parlamentares nos dias atuais.

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas, Tadeu Veneri (PT-PR) apresentou números orçamentários

desanimadores. Em 2015, as universidades receberam R\$ 9,154 bilhões para o custeio de suas atividades; em 2021, 5,826 bilhões. Para investimentos, as federais receberam R\$ 997 milhões em 2015; em 2021, R\$ 132 milhões. “Como é que se mantém hospital? Como paga luz? Como abre novos cursos com uma redução desse tamanho? Não há margem”, criticou Tadeu.

Também na coordenação da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas, a deputada Ana Pimentel (PT-MG) criticou o enorme destaque que as emendas parlamentares ganharam nos últimos anos. “O Estado Brasilei-

ro mudou com essa história das emendas. A dinâmica da relação dos Poderes mudou”, afirmou. “O papel dos reitores é pensar estrategicamente a instituição que dirigem, mas eles, de pires na mão, ficam pedindo emenda, papirando deputado. Isso é um absurdo”.

A parlamentar cobrou mais engajamento de toda a esquerda nas disputas políticas do país. “O que a sociedade espera de nós é mais direitos, mais universidade, mais saúde pública. Não adianta ficar fazendo gesto ao mercado”, completou.

Alexandre Lindenmeyer (PT-RS) reforçou o coro contra o atual peso das emendas parla-

mentares. “O governo anterior pactuou com a Casa Legislativa um aumento extraordinário dos recursos para emendas parlamentares”, disse. E fez uma comparação: “O Programa de Aceleração do Crescimento — que tem investimentos nos Restaurantes Universitários, nas casas de estudantes, na ampliação de campi, na construção de hospitais —, representa R\$ 54 bilhões para quatro anos. Aqui no Congresso, temos o valor de um PAC anual. Estamos falando de mais de R\$ 200 bilhões ao longo de quatro anos”.

Para o parlamentar, isso tira a força do governo. “Esse dinheiro teria que estar dentro do Executivo para fazer planejamento de política pública. Isso é uma grave distorção para a democracia”, afirmou.

FINANCIAR O FUTURO

Já a deputada Carol Dartora (PT-PR) alertou que o debate de ampliação do financiamento das universidades tem como desdobramento o desenvolvimento do país. “Temos desafios enormes com relação às emergências climáticas. As soluções saem de onde? Da universidade. Como a gente pensa o nosso futuro?”, questionou. “Sem financiamento, sem estrutura, não tem Brasil do futuro”. (Kelvin Melo)

Aulas começam em 17 de março e terminam 19 de julho

> Primeiro semestre termina em 19 de julho. Calendário foi votado no último Consuni. Proposta vitoriosa unifica período letivo de calouros e veteranos. CEG havia aprovado início para 24 de março

FOTOS: WERNANDO SOUZA



KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Pode marcar na folhinha ou na agenda eletrônica. Em 2025, as aulas da graduação no primeiro período começam em 17 de março e terminam em 19 de julho. As datas foram aprovadas no último Consuni e valem para calouros e veteranos. No Colégio de Aplicação, o semestre letivo vai de 6 de fevereiro a 11 de julho. A Faculdade de Medicina também tem período diferenciado, com início em 10 de fevereiro e término em 12 de julho (veja o calendário completo, incluindo pós-graduação, na página ao lado)

A reunião do Conselho Universitário ocorreu na manhã de 12 de dezembro. Por maioria, os conselheiros derrubaram o calendário aprovado no Conselho de Ensino e Graduação, CEG, que definia o começo das aulas para 24 de março e o término para 26 de julho.

“A proposta que chegou do CEG deixou muita gente chocado. Propunha um início muito tarde em 24 de março”, afirmou o professor Antonio Solé, diretor da AdUFRJ e representante dos Titulares do CCS. “Comecei a fazer uma pesquisa em várias universidades do Brasil, inclusive algumas que fizeram greve, o que não foi o caso dos docentes da UFRJ. Das 23 que investiguei, 11 começam em 10 de março. Isso inclui universi-



dades grandes, como a UFMG e a UFRGS”, completou Solé. Veja o quadro ao lado.

Os professores Solé e Ricardo Medronho chegaram a apresentar ao Consuni uma proposta com data de início de semestre diferenciada para calouros e veteranos. Calouros começariam em 17 de março e veteranos iniciariam uma semana antes. A maioria dos conselheiros, no entanto, preferiu unificar as entradas no dia 17.



INÍCIO DO ANO LETIVO EM OUTRAS UNIVERSIDADES

	INÍCIO 2025-1
UNIR	03-FEV
UFPB	19-FEV
UFG	06-MAR
UFRRJ	10-MAR
UFMG	10-MAR
UFRGS	10-MAR
UFMS	10-MAR
UFJF	10-MAR
UFABC	10-MAR
UFFS	10-MAR
UNIPAMPA	10-MAR
UNIRIO	11-MAR
UFSC	11-MAR
UFU	12-MAR
UFRN	17-MAR
UFAM	17-MAR
UNB	24-MAR
UFBA	24-MAR
FURG	24-MAR
UFSCAR	24-MAR
UFPEL	22-ABR

VEJA COMO FICOU O CALENDÁRIO DE 2025



▼ GRADUAÇÃO E COLÉGIO DE APLICAÇÃO

2025/1

17 DE MARÇO A 19 DE JULHO
GRADUAÇÃO EM GERAL

10 DE FEVEREIRO A 12 DE JULHO
MEDICINA RJ E MACAÉ

17 DE MARÇO A 19 DE JULHO
CALOUROS DE MEDICINA RJ E MACAÉ

6 DE FEVEREIRO A 11 DE JULHO
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

2025/2

4 DE AGOSTO A 13 DE DEZEMBRO
GRADUAÇÃO EM GERAL

28 DE JULHO A 20 DE DEZEMBRO
MEDICINA RJ E MACAÉ

4 DE AGOSTO A 13 DE DEZEMBRO
CALOUROS DE MEDICINA RJ E MACAÉ

29 DE JULHO A 19 DE DEZEMBRO
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

PERÍODO LETIVO ESPECIAL

5 DE JANEIRO DE 2026
A 21 DE FEVEREIRO DE 2026
GRADUAÇÃO EM GERAL

▼ PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

CURSOS EM DOIS PERÍODOS LETIVOS
(REGIME SEMESTRAL):

2025/1

10 DE MARÇO A 17 DE JULHO

2025/2

04 DE AGOSTO A 19 DE DEZEMBRO

CURSOS EM QUATRO PERÍODOS LETIVOS
(REGIME BIMESTRAL):

2025/1

10 DE MARÇO A 23 DE MAIO

2025/2

02 DE JUNHO A 19 DE JULHO

2025/3

04 DE AGOSTO A 11 DE OUTUBRO

2025/4

20 DE OUTUBRO A 19 DE DEZEMBRO

CURSOS EM QUATRO PERÍODOS LETIVOS
(REGIME TRIMESTRAL):

2025/1

10 DE MARÇO A 15 DE JUNHO

2025/2

23 DE JUNHO A 13 DE SETEMBRO

2025/3

22 DE SETEMBRO A 19 DE DEZEMBRO

2025/4

05 DE JANEIRO DE 2026 A
28 DE FEVEREIRO DE 2026

PARA RESIDÊNCIAS
PERÍODO LETIVO ÚNICO:

01 DE MARÇO DE 2025 A
28 DE FEVEREIRO DE 2026

AdUFRJ



NOTAS

FERNANDO SOUZA



VIGILANTES PROTESTAM POR SALÁRIOS

Houve tensão no Conselho Universitário do dia 12. Vigilantes com salários e benefícios atrasados protestaram no colegiado. A reitoria da UFRJ reconheceu a dívida com as empresas, mas esclareceu que a legislação permite um atraso no repasse de até 60 dias e que a responsabilidade dos pa-

gamentos seria das firmas terceirizadas. O pró-reitor de Finanças, professor Helios Malebranche, disse que não há nem 30 dias de atraso do vencimento. O reitor Roberto Medronho informou que esteve em Brasília e conseguiu uma promessa de recursos para sanar o problema.

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE APROVADA

O colegiado aprovou uma resolução da Política de Sustentabilidade e Educação Regenerativa UFRJ. O objetivo é unir esforços de toda a comunidade universitária para mitigar as atuais emergências socioambientais e, além disso, ajudar a prevenir futuras crises. “No nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), temos como um dos valores a questão da sustentabilidade ambiental”, disse a vice-reitora da universidade, professora Cássia Turci. “Acho esse documento importantíssimo para nortear nossos caminhos”.

ARQUIVO ADUFRJ



EDUCAÇÃO FÍSICA TEM CALENDÁRIO ESPECIAL

O Consuni também alterou o calendário, ainda de 2024, da Escola de Educação Física e Desportos, que segue com as atividades acadêmicas muito prejudicadas pelos dois desabamentos do telhado (em setembro de 2023 e em maio deste

ano). As disciplinas práticas do curso de Educação Física que não puderam ser iniciadas em outubro por falta de condições serão estendidas até 20 de dezembro (com carga horária dobrada). Após o recesso de fim de ano e férias em janeiro de 2025, as atividades serão retomadas de 3 até 28 de fevereiro (de novo, com carga horária dobrada). A Escola não receberá calouros no primeiro semestre de 2025 para acertar o fluxo de estudantes represados nas disciplinas práticas. “Não haveria possibilidade de entrarem mais 240 estudantes sem as condições acadêmicas de 2024 estarem resolvidas. A oferta vem para o segundo semestre”, explicou a pró-reitora de Graduação, Maria Fernanda.

“Se a IA errar e o pesquisador endossar, o erro é dele”

> Palestra do professor Lex Bouter foi um dos pontos altos de Congresso internacional sobre ética e ciência, na COPPE. Evento discutiu inteligência artificial generativa e atraiu mais de 200 inscritos

RENAN FERNANDES
comunica@adufrrj.org.br

A sétima edição do Encontro Brasileiro de Pesquisa, Ética e Publicações (Brispe, na sigla em inglês)

debateu as possibilidades de uso das novas tecnologias de inteligência artificial na produção científica. Pesquisadores participaram de debates e apresentações sobre o tema “Integridade científica e inteligência artificial generativa: novas formas de fazer e comunicar a pesquisa”. O evento aconteceu entre os dias 5 e 6 de dezembro no auditório da Coppe, no CT2.

“Nosso foco esse ano é na IA generativa”, disse o professor Renan Moritz, do programa de Engenharia Biomédica da Coppe, presidente da organização do encontro. “A maior parte das pessoas não sabe se está utilizando essas ferramentas de uma maneira correta ou de forma contraproduziva. Não usar uma tecnologia tão revolucionária corretamente é um desperdício”, completa.

O docente defendeu a criação de uma cultura de integridade da pesquisa no Brasil. “Nosso objetivo é contribuir para que as pesquisas sejam feitas com qualidade e ética, ou seja, fazer a pesquisa bem feita, com bons métodos, e boas intenções, sem cometer falhas graves como o plágio e afins”, pondera Moritz.

Com mais de 200 inscrições, o evento contou com a participação de pesquisadores de todo o Brasil e também de outros

países. O professor emérito da Universidade Livre de Amsterdã, Lex Bouter, fez parte do conselho consultivo do evento. O pesquisador é especialista em metodologia e integridade de pesquisa. “Esse congresso é muito importante porque mostra que as pessoas no Brasil estão preocupadas com a qualidade do trabalho de pesquisa desenvolvido aqui”, afirma.

O professor falou sobre as oportunidades abertas pela inteligência artificial no campo da pesquisa científica. “A tecnologia é uma oportunidade com lados bons e ruins. Novas oportunidades de trapacear e novas oportunidades de fazer melhor nosso trabalho.”

Dois anos após o lançamento do ChatGPT, a experiência de pesquisadores em todo o mundo com a tecnologia já aponta para pontos de convergência. “Precisamos aprender a lidar com isso, sem mudar os princípios e os padrões de integridade da pesquisa”. Para Bouter, o pesquisador nunca pode abrir mão da autoria do seu trabalho. “Devemos ser responsáveis como humanos. Se a IA cometer um erro e o pesquisador endossar esse erro, ele é o responsável e não a tecnologia”, completa.

CATALISADOR

O professor Moritz celebrou o sucesso do encontro e os resultados que podem ser semeados a partir das discussões. “Esse evento é um catalisador. As pessoas vêm para cá, contribuem e aprendem em discussões, e depois retornam para suas instituições com noções que passarão para seus colegas e alunos”

Uma das pesquisadoras que vieram de longe para o even-



RENAN FERNANDES

“**Sentei ao lado de uma professora que é filósofa da área de ciências biológicas. Do outro lado, um pesquisador referência no campo da computação. Não há nenhuma área da pesquisa que fique alheia a essas questões de integridade e ética”**

LEONARDO FUKS
Escola de Música da UFRJ

to foi Elisabete Tomo Kowata, doutoranda do programa de Recursos Naturais do Cerrado da Universidade Estadual de Goiás. A cientista apresentou sua pesquisa sobre revistas predatórias e IA na sessão de pôsteres do encontro e avaliou bem a experiência. “É uma grande visibilidade para a pesquisa e uma oportunidade de trocar ideias. Recebi alguns feedbacks que vou levar para minha orientadora”, diz confiante na evolução da pesquisa.

O encontro reuniu pesquisadores de diferentes campos do saber. Mariana Ribeiro, pós-doutoranda do Instituto Nacional do Câncer, atua no desenvolvimento da linha de integridade científica dentro do INCA. A pesquisadora apresentou projetos educativos implementados

nos cursos de pós-graduação do instituto. “Concluímos agora a primeira disciplina sobre integridade de pesquisa com foco em IA que se tornou obrigatória para todos os alunos”, conta Mariana.

Para o professor Leonardo Fuks, da Escola de Música, a experiência de estar em contato com cientistas de diferentes campos de pesquisa e lugares do Brasil e do mundo foi especial. Fuks atuou como avaliador das apresentações orais do congresso. “Sentei ao lado de uma professora que é filósofa da área de ciências biológicas. Do outro lado, um pesquisador referência no campo da computação. Não há nenhuma área da pesquisa que fique alheia a essas questões de integridade e ética”, avaliou.

FNDCT: RECURSOS PERMANECEM LIBERADOS, MAS COM INCIDÊNCIA DE DRU

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) é o principal instrumento de financiamento público da pesquisa no Brasil. Dividido nas modalidades reembolsável – destinada a empréstimos para empresas – e não-reembolsável – usado majoritariamente para ações nas instituições públicas de pesquisa – o fundo é visto como um dos pontos de apoio para o ajuste fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Isso porque o pacote apresentado pelo governo incluiu prorrogação da Desvincula-

ção de Receitas da União (DRU), mecanismo constitucional que permite que todas as receitas federais e fundos setoriais tenham reduções de até 30%.

A DRU, que sempre incidia sobre o FNDCT, se encerraria agora, no final de 2024, mas a proposta é que ela seja prorrogada até 2032. “O fundo está totalmente descontinenciado, mas a DRU sempre foi aplicada”, explica o professor Ildeu Moreira, presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Apesar de formalmente não mudar o montante para a pesquisa, a proposta gerou críticas. “Sou médica de universidade. Ajuste

fiscal que sacrifica investimentos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país só beneficia o mercado financeiro”, declarou a senadora Zenaide Maia (PSD-RN).

O deputado federal Tarcísio Motta (PSOL-RJ) disse que a DRU é um dos motivos para que seu partido tenha votado contra o pedido de urgência do Pacote Fiscal. “A PEC 45/2024 prorroga a Desvinculação de Receitas da União até 2032, desviando recursos de políticas sociais para pagamento da dívida pública”, afirmou. As reações aconteceram em grande parte porque a Proposta de Lei Orçamentária Anual cal-

culou o FNDCT sem a aplicação da DRU. Assim, foram indicados R\$ 20 bilhões para o fundo – um crescimento de 60% em relação a 2024. Metade para recursos reembolsáveis e a outra metade não-reembolsável.

“A projeção estava, na realidade, inflada. Não há impacto real. Agora, nós teremos aproximadamente R\$ 7 bilhões para cada lado e a gente volta ao patamar anterior”, explica Ildeu. São excluídos da DRU apenas os recursos destinados à saúde, à educação, ao pagamento de pessoal e às contribuições previdenciárias. Na gestão Bolsonaro, os recursos do FNDCT chegaram a ser

contingenciados em 90%. A luta da comunidade científica possibilitou a aprovação de uma nova lei, ainda em 2021, que proibiu o uso dos recursos para reserva de contingência. Assim, desde 2022, o FNDCT não é contingenciado. “O compromisso assumido pelo atual governo continua sendo cumprido”, garante Ildeu. “As entidades científicas precisam discutir a distribuição dos recursos e a avaliação dos resultados desses investimentos”. Ildeu também defende que as universidades tenham representação no Conselho Diretor do FNDCT. (Silvana Sá)



“Santo Forte” debate males da intolerância religiosa

> Documentário do cineasta Eduardo Coutinho foi apresentado em sessão especial, organizada pela Universidade da Cidadania. Antonio Simas, Nilza Valéria e Eleonora Ziller conduziram as discussões

RENAN FERNANDES
comunica@adufrrj.org.br

O historiador Luiz Antonio Simas citou uma metáfora de Guimarães Rosa para ilustrar o sincretismo religioso relatado no documentário “Santo Forte”, de Eduardo Coutinho. “Toda árvore oferece um pouco de conforto e de encontro entre os diferentes ritos religiosos.”

O filme foi o escolhido para a segunda edição do Cine Cidadania, evento organizado pela Universidade da Cidadania, órgão vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Depois da exibição, o historiador participou de um debate com a jornalista Nilza Valéria e o público presente ao Estação Net Botafogo na quarta-feira, 11.

“Santo Forte”, de 1999, trata das religiosidades do povo brasileiro e é considerado um marco do cinema documental do país. A linha narrativa da obra é construída a partir das experiências religiosas de moradores da favela Vila Parque da Cidade, localizada na Gávea.

A professora Eleonora Ziller, diretora da Universidade da Cidadania, comentou a curadoria das primeiras edições do projeto. “Temos um norte nesse início que é trabalhar com documentários potentes que tragam debates sobre o Brasil e que tenham ressonância contemporânea”.

Depois de exibir “Notícias de uma guerra particular” em outubro, a escolha pelo filme de Coutinho trouxe nova temática para o debate. “Na primeira edição, trabalhamos a violência urbana. Agora, debatemos sobre a religiosidade do nosso país, um cenário que está em transformação”, explicou a docente.

Dados mais recentes do IBGE mostram um aumento de 61,5% no número de evangélicos em relação ao Censo de 2010. Em 1980, eles representavam 6% da população brasileira. Hoje, um em cada três brasileiros adultos se identifica como evangélico. “É um crescimento muito grande. As tensões que estamos

vivendo são resultado dessa mudança”, afirmou Nilza Valéria, coordenadora da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito.

A jornalista destacou o surgimento de uma nova religiosidade popular e apontou indícios do impacto dessa mudança na cultura popular. “Todo mundo já foi chamado de abençoado ao entrar num comércio, num Uber. Essa linguagem saiu do espaço religioso e ganhou espaço na vida cotidiana de toda a sociedade”, avaliou. “A religiosidade é o lugar de conforto e de encontro entre os mais pobres”, concluiu Nilza.

Para Simas, não é possível pensar as manifestações religiosas no Brasil sem pensar na construção de um pertencimento comunitário. “O exercício da religiosidade dá sentido à vida das pessoas na dimensão de redes de proteção social”, analisa. “A exclusão social é um projeto de Estado na maior parte do tempo”.

INTOLERÂNCIA

As entrevistas de Coutinho no documentário investigam a interação entre diferentes crenças na pequena comunidade da Zona Sul do Rio de Janeiro. Esse ponto foi destacado por Simas, pesquisador da religiosidade popular brasileira. “Minha experiência de criação com as práticas religiosas é muito inclusiva. Nos meus tempos de garoto em Nova Iguaçu, era comum o convívio entre práticas religiosas e esse convívio não era tensionado como acontece hoje”, recordou.

Alguns personagens do filme denominam-se católicos ao mesmo tempo em que frequentam terreiros de umbanda e candomblé. O historiador lembrou ritos das religiões de matriz africana que se misturavam com os templos católicos. “No candomblé, fazia parte das iniciações das iaós a visita a sete igrejas. Era uma tradição que veio da Bahia”, conta.

No primeiro semestre de 2024, o Disque 100 – canal de denúncias do Ministério dos Direitos Humanos – registrou um aumento de 80% nas denúncias de intolerância religiosa quando comparado ao mesmo período do ano passado. Um salto de 681 denúncias em 2023 para 1.227 este ano, uma média de sete denúncias por dia.



FERNANDO SOUZA

“**É uma pena que os tempos recentes da experiência brasileira tenham sido marcados pelo impacto da intolerância, do racismo religioso e pela apropriação da fé por um projeto político profundamente reacionário”**

LUIZ ANTONIO SIMAS
Historiador

“É uma pena que os tempos recentes da experiência brasileira tenham sido marcados pelo impacto da intolerância, do racismo religioso e pela apropriação da fé por um projeto político profundamente reacionário”, lamentou Simas. “Não existe um projeto de país melhor que não passe pelo reconhecimento do direito de cada um de lidar com o mistério da maneira que julgue mais adequada”, completou.

O DOM DA ESCUTA

A historiadora Dulce Pandolfi, assessora da UC, leu uma carta do cartunista Claudius Ceccon, produtor-executivo do filme, que não pôde estar presente por problemas de saúde. “Queria estar presente para contar como Coutinho, um agnóstico convicto, durante a filmagem dava discretamente comida para um santinho em sua sala”, brincou Claudius.

O quadrinista recordou os tempos do Centro de Criação de Imagem Popular (Cecip) junto de Coutinho, Ana Maria Machado e Paulo Freire, e a opção pelo uso do audiovisual como estratégia de comunicação popular.

Ceccon destacou a habilidade de escuta do cineasta para conseguir os relatos sinceros dos entrevistados. “Coutinho intuía que falar de religião deixava as pessoas mais à vontade. Era um mestre da escuta, compreendia o outro sem aderir, mas sem julgamentos de qualquer ordem”, concluiu.

Foi a capacidade de escuta do diretor que encantou Cristine Muggler, professora aposentada e consultora do Museu Nacional. “O filme é de uma sensibilidade incrível. A forma como Coutinho conversa e dá espaço para as pessoas falarem no filme é maravilhosa”, elogiou. emocionada.

Artes Belas

NOVELHO E BOM PAPEL

FOTOS: RENAN FERNANDES



RENAN FERNANDES
 comunica@adufrrj.org.br

A entrada do edifício Jorge Machado Moreira virou uma enorme galeria de arte entre 3 e 5 de dezembro. Arte à moda antiga, com obras feitas pelos alunos no velho e bom papel em aquarelas, guaches, têmperas, colagens, desenhos e sketchbooks. Todos expostos na 1ª Semana de Arte Sobre o Papel da Escola de Belas Artes.

As amigas Marina Aguinaga e Nayara Rufino, alunas do terceiro período do curso de Pintura da UFRJ, viveram a experiência de expor suas obras pela primeira vez. “Estou muito feliz de expor meu trabalho para que gente de todo lugar possa ver. Já tínhamos conversado sobre nossa vontade de expor nossas obras e, quando a professora falou sobre essa oportunidade, a gente aproveitou”, disse Marina, que expôs uma tela em óleo sobre papel que teve a colega como

inspiração. “Vi um vídeo dela no TikTok e achei que estava linda. Printei a tela e pensei que aquela imagem combinava com a estética que gosto de fazer”.

O projeto é a primeira edição de uma ação de extensão coordenada pelas professoras Lourdes Barreto, Luana Manhães e Martha Werneck. Entre os 80 artistas selecionados, a maior parte é de alunos e ex-alunos dos cursos da EBA, mas também participaram estudantes vinculados a outras universidades e a cursos livres de artes.

A professora Luana Manhães, do Departamento de Análise e Representação da Forma da EBA, trabalha com disciplinas de desenho e na formação básica de todos os cursos da escola. “Nossa ideia é resgatar uma atividade importante que tínhamos aqui na EBA que era a Semana da Aquarela, expandindo também para outras técnicas que tenham o papel como matriz”.

Manhães destacou a relevância da feira para que os estudantes compreendam a importância do processo de criação do desenho. “Da Vinci falava que o mais im-

portante do desenho era o seu processo. Sempre digo para os estudantes que eles não precisam ficar preocupados nem com o início nem com o final, mas em como chegar ao resultado final”.

A ação estimulou estudantes a praticar suas técnicas artísticas. “Muitas vezes, a gente olha uma tela em branco e é engolida por aquele vazio. Não adianta estudar o desenho apenas na teoria. É a prática do desenho que nos leva à compreensão de conhecimentos expressivos e poéticos. Então, só entendemos a questão formalista da imagem, fazendo”, explica a professora Luana.

Em um mundo cada vez mais digital, a docente considera que a valorização de técnicas mais tradicionais é uma validação de todas as possibilidades de arte. “As técnicas podem ser complementares. Podemos usar a arte criada por uma inteligência artificial como uma ferramenta para desenvolver outros trabalhos com nossa autoria. Tudo é parte da expressão visual”, explicou.

As amigas Marina e Nayara estão acostumadas a difundir seus trabalhos nas redes sociais. “Na internet é diferente. A pessoa vê sua arte, dá um like e esquece para sempre”, comentou Rufino. A mostra trouxe uma nova experiência no contato entre artista e público. “Faz toda diferença o público conseguir ver a técnica usada, o relevo. Fora a possibilidade de ter um contato pessoal com o artista para elogiar, perguntar e tirar dúvidas. A exposição é uma experiência artística mais completa”, explicou Marina.

ILUSTRADOR E INFOGRAFISTA

Além da exposição, a feira contou com palestras e oficinas. Alessandro Alvim, editor executivo visual do jornal O Globo, participou do primeiro dia de evento. Ex-aluno do curso de Gravura, Alvim falou do desenho como instrumento de mudança de destinos a partir de sua ex-



periência pessoal.

O designer lembrou com carinho de professores da UFRJ que foram importantes durante sua formação. “Lembro bem do Marcos Varela, Wladimir Machado, Ricardo Newton, já falecidos. Do Roberto Cruz, Adir Botelho, Kazuo Iha, aposentados. E da professora Lourdes Barreto ainda ativa”, recordou. “Quando eu tinha 15 anos, um professor da escola montou um cursinho de arte e tinha alguns alunos da EBA. Descobrir que existia a possibilidade de estudar arte foi importante para mim. E depois, entrar na universidade e aprender desenho foi fundamental para me diferenciar como ilustrador e infografista”, concluiu o profissional.

